



CASA DA MOEDA DO BRASIL

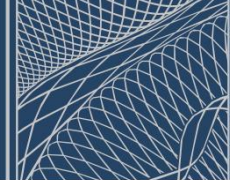
EDITAL CMB PREGÃO ELETRÔNICO

(Processo Administrativo n.º 18750.010122/2024-72)

SEELC – Seção de Editais e Licitações

DEGEC – Departamento de Contratações

DIGES – Diretoria de Gestão



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026.

(Processo Administrativo n.º 18750.010122/2024-72)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a CASA DA MOEDA DO BRASIL, por meio do Departamento de Contratações, sediado(a) na Rua René Bittencourt n.º 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço global, pelo modo de disputa aberto e fechado**, nos termos da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como instruções normativas que a regulem, aplicáveis exclusivamente ao procedimento da licitação e no que for compatível com o Regime das Estatais, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Regulamento de Licitações e Contratos da CMB e das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da sessão: 10/06/2026

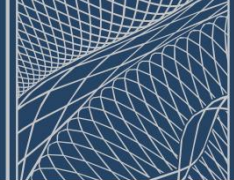
Horário: 10:00h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

Unidade Compradora: 179083

1. DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é a prestação de serviço comum de engenharia para elaboração de projeto básico e executivo para automação da mesa de comando do sistema elétrico e modernização do painel de proteção em 138kV, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 No caso de haver divergência entre a descrição constante na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema do Portal de Compras do Governo Federal e aquela contida no Edital, prevalecerá sempre a descrição contida no Edital.



2. DO CREDENCIAMENTO

- 2.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 2.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado pela licitante no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br/, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 2.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 2.4 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 2.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.6 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 2.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 2.7.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão empresas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular



no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018.

- 3.1.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.2 Cada representante somente poderá representar uma única licitante na disputa de cada item, lote ou grupo.
- 3.3 Não poderão participar desta licitação os interessados que:
 - I. se enquadrem em alguma das vedações previstas na legislação, especialmente na Lei nº 13.303, de 2016, notadamente em seu artigo 38, bem como na Lei nº 14.133, de 2021, notadamente em seu artigo 14;
 - II. estejam sob falência ou em processo de dissolução;
 - III. estejam em recuperação judicial, salvo se amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdãos nºs 8.271/2011 – 2ª câmara e 1201/2020 – Plenário);
 - IV. estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CMB;
 - V. tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou estejam cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União Federal;
 - VI. estejam proibidos de licitar e contratar com a Administração Pública bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público, com fundamento em outros dispositivos de leis esparsas;
 - VII. possuam em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão;
 - VIII. estejam organizados sob a forma de consórcio;
 - IX. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CMB ou com agente público que desempenhe



função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4 Será permitida a participação de sociedades optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, observadas as orientações dispostas nos subitens a seguir.

3.4.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.4.2 O Licitante optante do Simples Nacional que vier a executar atividade vedada pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá beneficiar-se da condição de optante.

3.4.2.1 Na hipótese do subitem anterior deste Edital, uma vez celebrado o instrumento de contratação, o Contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

3.4.3 O Licitante optante do Simples Nacional, que não se enquadre em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual, previsto no artigo 3º da Lei



Complementar nº 123, de 2006, ao longo da vigência do instrumento de contratação.

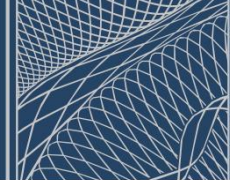
- 3.4.3.1 Se o Licitante optante do Simples Nacional extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 ao longo da vigência do instrumento de contratação, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.4.4 Não serão aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento de contratação fundamentados na alteração de regime tributário decorrente dos itens 3.4.1.1 e 3.4.2.1 deste Edital, devendo o Contratado arcar com eventuais custos decorrentes desta alteração.
- 3.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 3.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 3.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - 3.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
 - 3.5.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, no caso de licitante organizado em cooperativa;
 - 3.5.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 3.5.4 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 3.5.5 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



- 3.5.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.5.7 que a proposta foi elaborada de forma independente;
 - 3.5.8 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 3.5.9 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 3.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às consequências e sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS LANCES

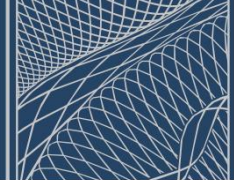
- 4.1 Na presente licitação a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.
- 4.2 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital e seguindo-se o modelo do Anexo II, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.
 - 4.2.1 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
 - 4.2.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
 - 4.2.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
 - 4.2.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.



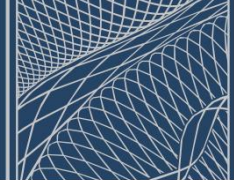
- 4.3 O cadastro da proposta no sistema implica a aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital, não sendo admitidas alegações de erros, omissões ou desconhecimento de fatos e de condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto licitado.
- 4.4 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme subitem 4.2 deste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, no papel timbrado da empresa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos, ou entrelinhas, sendo datada e assinada digitalmente (por certificado digital) por seu representante legal ou procurador constituído, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
- 4.5 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1 Na data e no horário de abertura da sessão pública o sistema a abrirá automaticamente, sem qualquer ingerência do Pregoeiro.
- 5.2 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

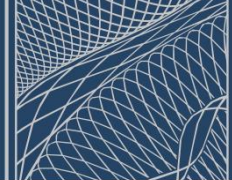


- 5.6 Os lances serão ofertados pelo **menor preço global**, devendo a licitante após a negociação e na contratação apresentar as planilhas de composição de custos unitários do serviço licitado.
- 5.7 O licitante somente poderá oferecer **lance inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.7.1 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável. Consideram-se:
- 5.7.1.1 **lance inconsistente:** aquele cujo valor seja incoerente em relação à quantidade ou à qualidade do item licitado; e
- 5.7.1.2 **lance inexecutável:** aquele que represente preço simbólico, irrisório ou igual a zero.
- 5.8 Para o envio de lances na sessão pública será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.8.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.8.1.1 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 5.8.1.2 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.
- 5.8.1.3 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.8.2 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez



por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 5.8.3 No procedimento de que trata o subitem supra, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.8.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.8.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.9 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.10 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.11 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.12 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.13 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.14 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento)

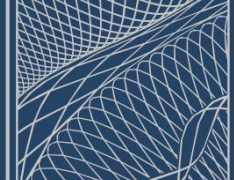


acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 5.15 A licitante melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.16 Caso a microempresa, empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 5.17 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.18 Somente poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances.
- 5.18.1.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55 da Lei 13.303/2016 c/c art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida. A permanecer o empate, o sorteio eletrônico será aplicado, como critério derradeiro.
- 5.19 O Pregoeiro se reserva o direito de excluir as propostas ou os lances simbólicos, irrisórios, de valor zero ou considerados manifestamente inexequível, que possam comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.
- 5.19.1 Caso não concorde com a exclusão, a Licitante poderá manter sua proposta e eventuais lances e reingressar à fase de disputa.
- 5.19.2 A exclusão do lance não impedirá a continuidade do envio de lances pelos fornecedores.
- 5.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



- 5.20.1 A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.
- 5.20.2 Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida
- 5.21 O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.
- 5.21.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, em função da complexidade envolvida na preparação e/ou do envio da proposta ou a partir de solicitação fundamentada feita pela licitante, antes de findo o prazo, devendo informar a referida providência no chat da licitação.
- 5.22 A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br) para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME-EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame extrapola o limite máximo de faturamento previsto no art. 3º da Lei complementar nº 123, de 2006.
- 5.22.1 Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio no sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.
- 5.22.2 Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 ou, ainda, tenha celebrado no ano-calendário de realização da licitação.



6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 6.1 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar realizando a verificação de sua conformidade quanto à sua adequação ao objeto, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e seus anexos, e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.1.1 Será considerada vencedora do certame licitatório a licitante que apresentar o menor preço global resultante da planilha de preços constantes do ANEXO II.
- 6.1.1.1 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus Anexos.
- 6.2 Será desclassificada a proposta ou lance vencedor:
- 6.2.1 que contenha vício(s) insanável(is);
- 6.2.2 com valor superior ao valor estimado;
- 6.2.3 que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 6.2.3.1 Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- 6.2.3.1.1 média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou
- 6.2.3.1.2 valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista.
- 6.2.4 não apresentarem as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência ou projeto básico, inclusive às relacionadas à marca e/ou modelo, conforme documento Recomendação Técnica ou Justificativa Técnica, assinalados como únicos capazes de atender o objeto do contrato; ou
- 6.2.5 Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro(a).
- 6.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



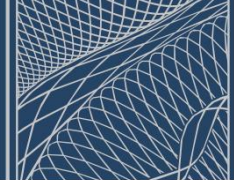
- 6.4 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
- 6.5 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 6.6 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 6.7 Havendo indícios de inexecuibilidade do(s) valor(es) ofertado(s) ou custo(s) que compõe(m) a proposta, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:
 - 6.7.1 comprovar sua exequibilidade; ou
 - 6.7.2 ajustar o(s) custos(s) orçados(s), apresentando planilha de preço readequada, respeitando, em todo caso, o valor da sua proposta (Acórdão 2.546/2015 – Plenário e 7618/2020 - TCU – 1ª Câmara), com as respectivas justificativas para o(s) ajuste(s) realizado(s).
 - 6.7.2.1 Optando por comprovar a exequibilidade de sua proposta, o Licitante deverá apresentar justificativas e documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade do(s) valor(es) e custo(s) ofertados com os custos e despesas necessários à integral execução do objeto.
- 6.8 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 6.8.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
 - 6.8.2 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado de ofício ou por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 - 6.8.3 Para a contagem de prazo de trata o item anterior não será considerado o tempo de eventual suspensão da sessão pública realizada pelo Pregoeiro.



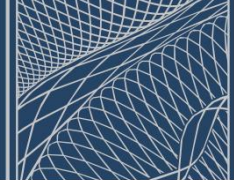
- 6.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.9.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, inclusive negociando os valores, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
- 6.11 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, inclusive para a realização de diligências, o Pregoeiro informará a data e horário de retorno ou, no caso de impossibilidade, a reiniciará mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.
- 6.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro passará à fase de **verificação da habilitação do licitante**, observado o disposto neste Edital.

7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1 SICAF;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.transparenciapublica.gov.br/>);
- 7.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).



- 7.1.4 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 7.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 7.1.6 Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para o levantamento de conjunto de indício, analisando eventual configuração da tentativa de fraude ou burla ao sancionamento por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 7.1.6.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção/impedimento ou declaração de inidoneidade, compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica ou de recursos humanos, identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos, identidade de telefones, e-mail's, contadores e demais informações de contrato, dentre outros.
 - 7.1.6.2 Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos nos subitens anteriores, o Pregoeiro registrará, no *chat*, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e ampla defesa, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.
- 7.1.7 Constatada a existência de sanção ou a tentativa de fraude ou burla dos efeitos de sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro (I) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação e (II) relatará o fato à autoridade competente para instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.
- 7.2 O Pregoeiro poderá consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e

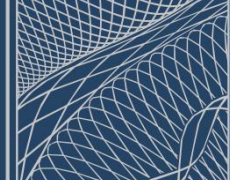


econômico-financeira, conforme disposto no artigo 39 da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 2022.

- 7.2.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 7.2.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 7.3 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018 deverão apresentar a seguinte documentação de habilitação, após solicitação do Pregoeiro:

7.3.1 Habilitação jurídica:

- 7.3.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.3.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.3.1.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 7.3.1.4 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da IN DREI nº 10/2013;



- 7.3.1.5 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 7.3.1.6 No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, Decreto de autorização e, quando a atividade assim o exigir, Ato de registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 7.3.1.7 No caso de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- 7.3.1.8 Todos os documentos acima devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.3.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 7.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 7.3.2.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e as inscrições em Dívida Ativa da União junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014 do domicílio ou sede da licitante;
- 7.3.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.3.2.4 as licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, sob pena de inabilitação.

7.3.3 Qualificação econômico-financeira:

- 7.3.3.1 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no **nível da Qualificação econômico-financeira**, conforme Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação:
 - 7.3.3.1.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;



7.3.3.1.1.1 A licitante poderá substituir a certidão negativa de recuperação judicial pela certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

7.3.4 Qualificação Técnica

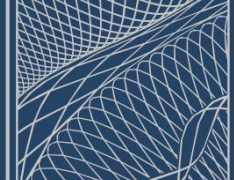
7.3.4.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

7.3.4.1.1 Atestado de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório de serviços de elaboração de projetos de engenharia elétrica em sistemas de automação de subestações, supervisão e controle (SCADA) ou proteção em alta tensão, com características técnicas compatíveis com o objeto da presente licitação.

7.3.4.1.1.1 A exigência de atestados de capacidade técnica justifica-se pela criticidade operacional do objeto: o sistema elétrico de potência da CMB opera em 138 kV e sua automação e proteção são essenciais à continuidade do processo produtivo. Falhas no projeto podem comprometer o fornecimento de energia elétrica ao parque fabril, tornando indispensável a comprovação de experiência prévia em objetos de natureza e complexidade compatíveis. A exigência é proporcional ao risco e diretamente vinculada ao objeto, nos termos do art. 68 da Lei n.º 13.303/2016.

7.3.4.1.1.2 Fica resguardado o direito da **CMB** em efetuar diligências para verificar a veracidade das informações do(s) Atestado(s) apresentado(s).

7.4 Os documentos para habilitação na presente licitação serão apresentados via sistema apenas pela licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento, após solicitação do Pregoeiro, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, prorrogáveis por igual período.



- 7.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 7.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos nos subitens acima em função da complexidade envolvida na preparação do envio, de ofício ou a partir de solicitação fundamentada feita pela licitante, antes de findo o prazo, devendo informar a referida providência no *chat* da licitação.
- 7.7 As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas se as respectivas datas de emissão não excederem a 180 (cento e oitenta) dias de antecedência da data de sua apresentação.
- 7.7.1 Não se enquadram no subitem anterior documentos tais como o Registro Comercial, Estatuto ou Contrato Social e documentos similares, evidentemente pois sua validade se encerra com a emissão de suas respectivas novas versões.
- 7.8 Ao(À) Pregoeiro(a) é reservado o direito de solicitar consulta e emitir os documentos que se encontram disponíveis nos respectivos endereços eletrônicos via Internet, no decorrer da licitação, para verificar as condições de habilitação das licitantes, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.
- 7.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.9.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.10 Após declarada a licitante vencedora, caso a proposta mais vantajosa tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
- 7.10.1 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.



- 7.11 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando a data e horário de retorno ou, no caso de impossibilidade, o reinício condicionado a aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.
- 7.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 7.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.13.1 Complementação de informações necessárias para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e/ou que comprovem condição atendida pela licitante através de documentos não apresentados por equívoco ou falha na juntada, adotando-se o princípio do formalismo moderado;
- 7.13.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.14 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora do certame.
- 7.16 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

8. DOS RECURSOS

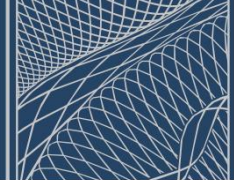
- 8.1 Qualquer licitante poderá, no prazo de **15 (quinze) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento das propostas, após à habilitação ou inabilitação de licitação e em decorrência de anulação ou revogação da licitação.
- 8.2 As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata da Sessão Pública.



- 8.3 As demais licitantes ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de divulgação da interposição do recurso.
- 8.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio do sistema.
- 8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 8.6 Quanto o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo do subitem 8.1, sob pena de preclusão.
- 8.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.8.1 A sessão pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 8.9 A vista dos autos do processo desta licitação poderá ser solicitada ao pregoeiro, pelo e-mail licitacoes@cmb.gov.br.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 9.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente definida pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CMB para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.



10. DO CONTRATO

- 10.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação por e-mail, para assinar o Instrumento Contratual de forma digital, preferencialmente com certificação ICP-Brasil, podendo ser utilizado o portal de assinatura digital do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI (<https://assinador.iti.br/assinatura/indez.xhtml>), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.1.1 O prazo previsto no subitem acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela CMB.
- 10.2 O Instrumento Contratual deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.
- 10.3 Como condição de contratação deverão ser apresentadas todas e quaisquer licenças, alvarás e autorizações pertinentes à atividade objeto, bem como, quando for o caso, o respectivo registro do profissional responsável no órgão de classe competente.
- 10.3.1 Constitui-se condição de contratação a ausência de registros perante o Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal.
- 10.4 Na assinatura do Instrumento Contratual, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital e/ou Termo de Referência/Especificação dos Serviços, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 10.5 Na hipótese de a Adjudicatária não comprovar a manutenção das condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o instrumento de contratação, a CMB, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após analisada a proposta, feita a negociação e comprovado o atendimento dos requisitos para habilitação e eventuais documentos complementares, assinar o instrumento de contratação.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1 As regras acerca da garantia de execução do instrumento de contratação são as estabelecidas no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.



12. DO REAJUSTE

- 12.1 Os critérios de reajuste são os estabelecidos no instrumento de contratação, que segue como parte integrante deste Edital, no Anexo IV.

13. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização são aqueles previstos no Termo de Referência – ANEXO I e no Instrumento Contratual – ANEXO IV.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CMB

- 14.1 As obrigações da CMB são as estabelecidas no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

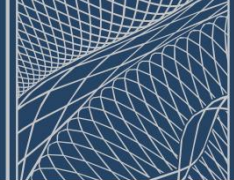
- 15.1 As obrigações da CONTRATADA são as estabelecidas no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1 As regras acerca do pagamento são aquelas previstas no Termo de Referência – ANEXO I e no Instrumento Contratual – ANEXO IV.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

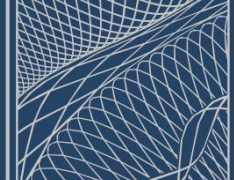
- 17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, a licitante/adjudicatária que, com dolo ou culpa:
- 17.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
 - 17.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:



- 17.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 17.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 17.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou
- 17.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
- 17.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 17.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 17.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 17.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 17.1.5 fraudar a licitação;
- 17.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 17.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 17.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 17.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 17.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 17.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 17.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, às seguintes sanções:



- 17.3.1 Advertência;
- 17.3.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- 17.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CMB, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 17.4 As penalidades de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a CMB poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.
- 17.5 As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite da proposta.
- 17.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária.
- 17.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.8 Sem prejuízo da aplicação de penalidades, o contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303, de 2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 17.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no instrumento de contratação.
- 17.11 As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Administração de Tesouraria - SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer, que ateste o recebimento.
 - 17.11.1 Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem acima e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá a licitante pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente nos termos dos artigos 82, §§ 2º e 3º, e 83, § 1º, da Lei 13.303, de 2016.
- 17.12 Quando interposto, o recurso deverá ser entregue assinado digitalmente pelo representante da contratada ou seu procurador devidamente constituído, em até **10**



(dez) dias úteis, contrarrecibo, ao Departamento de Contratações (DEGEC), que o receberá através da Seção de Emissão de Contratos (SEECT) pelo e-mail seect@cmb.gov.br.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 18.1 Até **05 (cinco) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 18.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@cmb.gov.br c/c cpmartins@cmb.gov.br, devendo ser informado no campo “assunto” a modalidade e o número desta licitação (Pregão Eletrônico CMB nº90031/2026 – [OBJETO] A/C Pregoeiro Candida Martins).
- 18.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 18.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 18.5 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, bem como responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido.
- 18.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 18.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

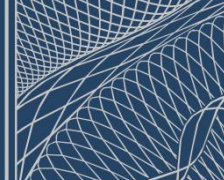
- 19.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida



- para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 19.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 19.3 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.
- 19.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.5 A qualquer tempo poderá a CMB negociar com a Licitante, com a finalidade de obtenção de proposta mais vantajosa.
- 19.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e à luz do princípio do formalismo moderado, desde que não comprometam o interesse da CMB, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.7 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras do Governo Federal, prevalecendo os normativos regulamentares da CMB, inclusive este Edital, no que toca à disciplina da fase preparatória da contratação, atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos de envio da documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação.
- 19.8 As limitações operacionais porventura existentes Sistema Eletrônico Compras do Governo Federal decorrentes de imposições normativas no âmbito do Sistema de Serviços Gerais – SISG de que trata o Decreto nº 1.094/1994, não vinculam a CMB, podendo ser adotadas medidas para sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.
- 19.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CMB não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



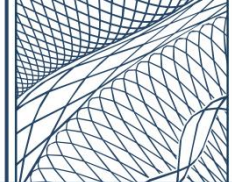
- 19.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CMB.
- 19.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.12 É vedado à CMB, à licitante e a seus empregados, prepostos e gestores: a) frustrar, fraudar mediante qualquer expediente o caráter competitivo do procedimento licitatório público; ou b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; nos termos da Lei nº 12.846/2013 e suas alterações, do Decreto nº 8420/2015, e suas alterações, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Edital.
- 19.13 Reclamações e denúncias relativas a irregularidades ou ao descumprimento pela CMB de suas normas internas ou da legislação vigente durante a condução deste procedimento licitatório poderão ser apresentadas à Ouvidoria da CMB, por meio eletrônico (no endereço eletrônico www.casadamoeda.gov.br ou por meio de correio eletrônico ouvidoria@cmb.gov.br), por meio postal endereçado à Ouvidoria CMB na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ ou pelo telefone (21) 2184-2969.
- 19.14 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.15 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e www.casadamoeda.gov.br.
- 19.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.16.1 ANEXO I – Termo de Referência
 - 19.16.2 ANEXO II – Cláusulas e condições para elaboração da proposta
 - 19.16.3 ANEXO III – Minuta de procuração
 - 19.16.4 ANEXO IV – Instrumento Contratual – Minuta do Contrato
 - 19.16.5 ANEXO V – Matriz de Risco



Rio de Janeiro, RJ, 15 de maio de 2026.

Assinatura da Autoridade Competente

Edital expedido/publicado pelo Pregoeiro Candida Martins Matrícula 03516-5.



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n.º18750.010122/2024-72)

1. DO OBJETO

- 1.1. **Contratação de serviço para elaboração de projeto básico e executivo para automação da mesa de comando do sistema elétrico e modernização do painel de proteção em 138kV** para atender as demandas de operação do sistema elétrico da CMB, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição/Especificação	Código CMB	Unidade de Medida	Quantidade	Nº Solicitação de Compra
1	ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO PARA AUTOMAÇÃO DA MESA DE COMANDO DO SISTEMA ELÉTRICO DA CMB E MODERNIZAÇÃO DO PAINEL DE PROTEÇÃO EM 138KV.	S10657	UN	01	114428

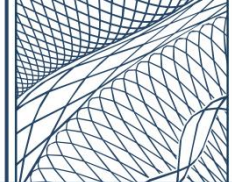
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação, objeto deste Termo de Referência visa atender à atualização tecnológica do sistema elétrico de potência da CMB, trazendo mais confiabilidade ao mesmo.

3. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇOS

- 3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviço comum de engenharia, sem emprego de materiais, consistindo na elaboração de projeto básico e projeto executivo para automação da mesa de comando do sistema elétrico de potência e modernização do painel de proteção em 138 kV da CMB.

4. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS



- 4.1. Não será necessária apresentação de amostras.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O prazo de entrega do projeto conforme cronograma físico financeiro, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, no seguinte endereço:

CASA DA MOEDA DO BRASIL

DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO – DEMAN

SEÇÃO DE UTILIDADES DA MANUTENÇÃO - SEUTI

Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – Rio de Janeiro (RJ).

- 5.2. O recebimento provisório do projeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado no ato da entrega, pela Seção de Utilidades da Manutenção (SEUTI). Recebido provisoriamente o objeto, o Gestor/Fiscal do instrumento contratual terá o prazo de até 15 dias úteis para efetuar o recebimento definitivo.

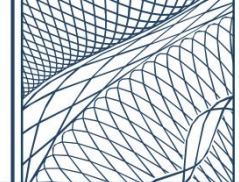
- 5.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem acima não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

- 5.3. O recebimento provisório ou definitivo do projeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do instrumento contratual.

6. DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado pela CMB no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento do projeto entregue, através de transferências bancárias, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 6.2. O pagamento somente será autorizado depois do recebimento definitivo do projeto.

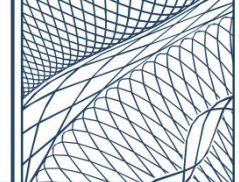
7. DAS OBRIGAÇÕES DA CMB



- 7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja corrigido.
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado.
- 7.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento contratual e seus anexos.
- 7.6. A CMB não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

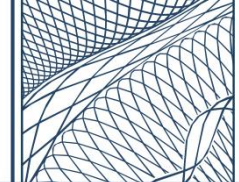
- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 8.2. Efetuar a entrega do projeto conforme especificações, prazo e local constantes no instrumento contratual e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 8.4. Corrigir, às suas expensas, caso o projeto esteja em desacordo com as especificações técnicas.
- 8.5. Comunicar à CMB, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 8.6. Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



- 8.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do instrumento contratual, quando for o caso.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Fica vedado neste ato, à Contratada, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais cláusulas estabelecidas no instrumento contratual, sem a competente, expressa e formal anuência da CMB.
- 9.2. Da justificativa técnica para a vedação à subcontratação e à formação de consórcios:
- 9.2.1. A vedação à subcontratação estabelecida no item 9.1 fundamenta-se nas características técnicas específicas do objeto, que demandam unidade técnica e metodológica ao longo de todo o processo de elaboração dos projetos básico e executivo.
- 9.2.2. O objeto desta contratação possui especialidade técnica única e bem definida (engenharia elétrica de potência, com foco em automação de sistemas de supervisão e controle e proteção em 138 kV), não abrangendo a multiplicidade de especialidades que, em outros objetos, poderia justificar a formação de consórcios ou a subcontratação de parcelas.
- 9.2.3. A subcontratação comprometeria a unidade técnica indispensável à coerência do projeto: a compatibilização entre o levantamento das instalações existentes, a definição da arquitetura do novo sistema SCADA, as especificações dos IEDs de proteção e a elaboração dos memoriais descritivos exige que todas as etapas sejam conduzidas pela mesma equipe técnica, com continuidade metodológica e conhecimento acumulado ao longo do processo.
- 9.2.4. A vedação também se justifica pela necessidade de responsabilidade técnica unificada, representada pela ART emitida pelo responsável técnico habilitado junto ao CREA, que abrange o conjunto dos projetos entregues. A subcontratação fragmentaria essa responsabilidade, dificultando a rastreabilidade técnica e a responsabilização em caso de falhas no produto final.
- 9.2.5. O Acórdão TCU n.º 2.544/2025 — Primeira Câmara, referenciado nas análises jurídicas dos autos, trata de contrato de serviços de engenharia de manutenção



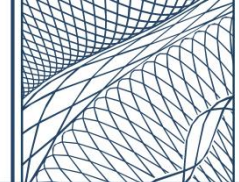
predial com multiplicidade de especialidades heterogêneas (civil, hidráulica, marcenaria, serralheria, pintura, mecânica industrial, refrigeração, instrumentação e elétrica de alta e baixa tensão). Tal paradigma não se aplica ao presente objeto, que é técnico-especializado e monodisciplinar, tornando inaplicável a recomendação de permissão de subcontratação e consórcios formulada com base naquele precedente.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do instrumento contratual; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do instrumento contratual.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 11.1. Em cumprimento ao art. 40, VII c/c 69 da Lei nº 13.303/16, o Superintendente do Departamento de Manutenção da CMB designará representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do projeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CMB ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/16.
- 11.3. O fiscal do instrumento contratual anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do instrumento contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não será necessária apresentação de garantia de execução contratual.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Fraudar na execução do instrumento contratual;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, nos termos da Lei nº 13.303/2016:

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CMB;

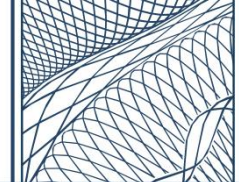
13.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do valor total do instrumento contratual;

13.2.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do instrumento contratual, no caso de inexecução total do objeto;

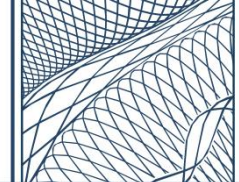
I. Em caso de inexecução parcial, a multa, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Casa da Moeda do Brasil por até 2 (dois) anos.

13.3. O não atendimento integral ou parcial do envio da Ficha com Dados de Segurança – FDS, quando exigido, acarretará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Nota fiscal de entrega, podendo ser duplicada na reincidência, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das demais penalidades previstas.



- 13.4. O não atendimento integral ou parcial do envio de certificados, laudos ou boletins técnicos que asseguram a qualidade dos itens garantidos pelo fornecedor, quando exigido, acarretará a aplicação das penalidades de advertência e/ou multa de até 2% sobre o valor total da Nota Fiscal de entrega, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das demais penalidades previstas.
- 13.5. As penalidades de advertência e de suspensão temporária poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.
- 13.6. As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite do instrumento contratual.
- 13.7. Também fica sujeita às penalidades do art. 83, III da Lei nº 13.303, de 2016, a Contratada que:
 - 13.7.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 13.7.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.7.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CMB em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.
- 13.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, a finalidade preventiva, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.10. Sem prejuízo da aplicação de penalidades, a Contratada é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303/2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 13.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 13.12. As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Tesouraria - SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer que ateste o recebimento.
 - 13.12.1. Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem anterior e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, quando houver,



além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, nos termos dos artigos 82, §§2º e 3º e 83, §1º, da Lei nº 13.303/2016.

13.13. Não cumprida a obrigação, também responderá o contratado na forma do artigo 389 do Código Civil.

13.14. Do controle da qualidade técnica e do cumprimento de prazos:

13.14.1. O controle da execução contratual observará os critérios técnicos de qualidade e prazo estabelecidos neste Termo de Referência, com fundamento nos arts. 82 e 83 da Lei n.º 13.303/2016.

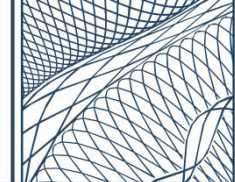
13.14.2. O objeto é estruturado em quatro etapas sequenciais, conforme cronograma físico-financeiro, sendo que cada etapa somente terá início após a aprovação formal, pela CMB, da etapa imediatamente anterior.

13.14.3. Para fins de controle de prazos, aplica-se a cada etapa o seguinte critério:

- a) Atraso injustificado na entrega de qualquer etapa sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela correspondente àquela etapa, até o limite do valor total do instrumento contratual, nos termos do art. 82 da Lei n.º 13.303/2016.
- b) O descumprimento injustificado de prazo superior a 30 (trinta) dias corridos em qualquer etapa caracteriza inexecução parcial do objeto, sujeitando a Contratada às sanções previstas no item 13 deste Termo de Referência.

13.14.4. Para fins de controle de qualidade técnica, aplica-se o seguinte critério:

- a) Os produtos entregues serão submetidos à análise técnica pela CMB no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento provisório, conforme item 5.2 deste Termo de Referência.
- b) Na hipótese de rejeição técnica motivada, a Contratada disporá de prazo a ser fixado pela CMB, proporcional à complexidade dos ajustes requeridos, para reapresentação do produto corrigido, sem ônus adicional para a contratante.
- c) A rejeição técnica reiterada de um mesmo produto — assim entendida a terceira rejeição motivada sobre o mesmo item de entrega — caracteriza inexecução parcial, sujeitando a Contratada às sanções previstas no item 13, sem prejuízo da apuração de responsabilidade civil.



13.14.5. A CMB designará fiscal técnico com habilitação em engenharia elétrica, vinculado ao DEMAN, para acompanhamento e verificação das entregas, nos termos do art. 40, VII c/c 69 da Lei n.º 13.303/2016.

13.14.6. O fiscal técnico lavrará registro formal de cada etapa avaliada, com indicação de conformidade ou não conformidade fundamentada, encaminhando-o à SEPLD para as providências cabíveis.

14. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

14.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

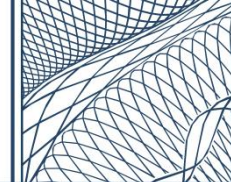
15.1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório de serviços de elaboração de projetos de engenharia elétrica em sistemas de automação de subestações, supervisão e controle (SCADA) ou proteção em alta tensão, com características técnicas compatíveis com o objeto da presente licitação.

15.2. A exigência de atestados de capacidade técnica justifica-se pela criticidade operacional do objeto: o sistema elétrico de potência da CMB opera em 138 kV e sua automação e proteção são essenciais à continuidade do processo produtivo. Falhas no projeto podem comprometer o fornecimento de energia elétrica ao parque fabril, tornando indispensável a comprovação de experiência prévia em objetos de natureza e complexidade compatíveis. A exigência é proporcional ao risco e diretamente vinculada ao objeto, nos termos do art. 68 da Lei n.º 13.303/2016.

16. SUMÁRIO DE ANEXOS

ANEXO A: Especificação Técnica

ANEXO B: Projetos Atuais



ANEXO A

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Esta especificação tem por finalidade descrever os serviços necessários para a elaboração de projetos básico e executivo para fins de automação da mesa de comando do sistema elétrico de potência do Parque Fabril da CMB.

REGIME DE EXECUÇÃO

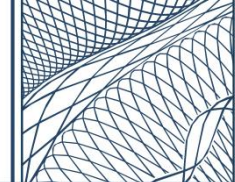
Será adotada a execução indireta, do tipo empreitada por preço global, como regime de execução do serviço.

OBJETIVO

Este documento tem por objetivo a contratação serviços comuns de engenharia para elaboração de Projeto Básico e Executivo que venha a possibilitar a contratação futura da transferência da mesa de controle, de painéis de proteção e sistemas de supervisão existentes para um novo sistema de controle moderno e automatizado a ser instalado na Sala do Prédio 0630 da Casa da Moeda do Brasil, localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz – Rio de Janeiro.

DEFINIÇÕES

De acordo com o art. 42 da Lei 13.303/16, inciso VIII, define-se Projeto Básico como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

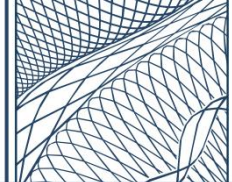


- a) desenvolvimento da solução escolhida, de forma a fornecer visão global da obra e a identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.

Já o Projeto Executivo, de acordo com art. 42, inciso IX da Lei 13.303/16, trata-se do conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Para os estritos efeitos deste edital, serão adotadas as seguintes definições:

- Plantas: documento contendo os desenhos detalhados dos projetos;
- Memorial descritivo: documento contendo a descrição geral do projeto e os critérios utilizados na sua elaboração;
- Memorial de cálculo: documento contendo os parâmetros, a metodologia, as normas e técnicas utilizados no dimensionamento dos elementos construtivos do projeto, com o demonstrativo dos cálculos efetuados;
- Especificações técnicas: documento que contém a especificação completa de todos os materiais e equipamentos adicionados aos sistemas já existentes, definindo suas características, qualidade, desempenho esperado e marcas de referência, contendo ainda conjunto de amostras e catálogos de materiais e equipamentos especificados;
- Normas de execução: documentos que especifiquem a forma como devem ser executados os serviços, indicando procedimentos e técnicas a serem utilizadas e definindo critérios para aplicação de materiais e instalação de equipamentos;



- Caderno de encargos: documento contendo a indicação de todos os materiais e serviços, incluindo as especificações técnicas e as normas de execução, bem como a descrição completa de todas as demais atribuições da CONTRATADA.

1) ESCOPO DOS SERVIÇOS

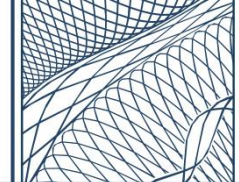
A licitante que for contratada deverá emitir a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA, do profissional responsável por desenvolver e assinar os projetos básico e executivo, para fins de automação da mesa de comando do sistema elétrico de potência do Parque Fabril da CMB.

Caberá à CONTRATADA realizar, obrigatoriamente, todos e quaisquer levantamentos que se fizerem necessários para a perfeita elaboração dos projetos.

Os projetos deverão ser desenvolvidos pela licitante que for CONTRATADA em estreita parceria com o corpo de engenharia da CMB, devendo, portanto, ser cumpridas 04 (quatro) etapas básicas, sendo que ao final de cada uma delas, a licitante que for CONTRATADA deverá apresentá-la para análise e aprovação da CMB. Somente após esta aprovação deverá ser iniciada a próxima etapa. Estas etapas são:

- 1.1) Levantamento das instalações em campo, conforme cronograma físico-financeiro.
- 1.2) Elaboração de Relatório Técnico Preliminar e Anteprojeto, com alternativas de projeto para análise e aprovação em reunião na CMB, conforme cronograma físico-financeiro.
- 1.3) Desenvolvimento do Projeto básico, contendo especificações de todas as técnicas, materiais e soluções propostas, planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros em apresentação em reuniões semanais na CMB para acompanhamento do andamento e aprovação dos mesmos, conforme cronograma físico-financeiro.
- 1.4) Desenvolvimento de todos os Projetos Executivos, contendo todos os elementos necessários para a realização dos serviços em grau máximo de detalhamento de todas as suas etapas, conforme cronograma físico-financeiro.

Durante o desenvolvimento dos projetos, a CONTRATADA deverá manter na CMB, uma equipe de projetistas para o levantamento dos projetos elétricos envolvidos e sistemas hoje



existentes, com o objetivo de promover sua compatibilização com os novos projetos a serem desenvolvidos pela empresa projetista e realizar o cadastro das instalações existentes.

A CMB disponibilizará os desenhos das instalações elétricas atuais que julgar necessários para que a CONTRATADA obtenha informações relevantes à elaboração do projeto. Outros documentos poderão ser solicitados pela CONTRATADA caso verifique a necessidade de informações que não constem nos projetos enviados inicialmente.

Para a elaboração do projeto, a CONTRATADA, poderá sugerir modificações nas instalações atuais descritas nos projetos fornecidos. Estas propostas deverão ser encaminhadas à CMB através de marcações nos desenhos.

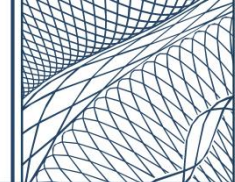
O projeto deverá prever a continuidade da operação da mesa atual de operação do sistema elétrico, quando da implantação do sistema de automação, que deverá ser localizado na sala administrativa do prédio 0630 (Central de Eletricidade), sendo desativada somente após serem realizados todos os testes de funcionamento do sistema supervisorio.

Todos os desenhos, documentos, relatórios e memoriais deverão estar enquadrados nos formatos padrões de papéis para desenho de acordo com a ABNT: A1, A2, A3 e A4. Não deverão ser utilizados tamanhos obtidos pela conjugação de formatos iguais ou consecutivos dos supracitados.

Os carimbos de identificação dos desenhos novos deverão ser no padrão da CONTRATADA, com identificação e logomarca da CMB.

As dimensões desses desenhos e sua elaboração deverão permitir perfeita legibilidade e compreensão devendo todos os dizeres ser redigidos na língua portuguesa.

As revisões dos desenhos deverão ser indicadas de forma alfanumérica utilizando-se o seguinte critério:



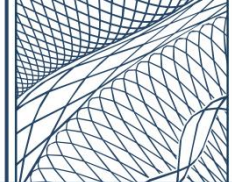
- Desenhos recém aprovados terão sua revisão apenas numérica, ex.: Rev. 0, Rev. 1, Rev. 2...
- Desenhos não aprovados terão sua revisão indicada apenas por letras, ex.: Rev. A, Rev. B, Rev. C...
- Desenhos que haviam sido aprovados anteriormente, mas que, por motivos diversos, necessitaram de alterações terão sua revisão indicada pelo número da última revisão aprovada ao lado da letra referente à revisão pendente de aprovação, ex.: Rev. 0A, Rev. 0B, Rev. 2C...

Os desenhos, documentos, assim como toda documentação dos equipamentos e materiais catálogos, manuais, etc. que serão entregues à CMB, para conhecimento ou como forma definitiva, deverão ser entregues em meio digital, e-mail, Mídia, acompanhados de uma via em papel e uma Guia de Remessa de Documentos (GRD).

A CMB realizará a aprovação formal dos projetos. A verificação dos documentos será feita a exclusivo critério da CMB, a fim de garantir o atendimento aos requisitos especificados podendo fazer solicitações de alterações, a qualquer tempo, até que a documentação seja entregue em sua "forma definitiva".

Os projetos e documentos de equipamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA. Os comentários realizados pela CMB ou a falta deles, não isenta o fornecedor quanto a sua exatidão e de qualquer responsabilidade decorrente das condições estabelecidas no contrato. Todas as solicitações de modificações nos projetos deverão ser atendidas pela CONTRATADA.

Deverão também ser apresentados os cadernos com os levantamentos qualitativos e quantitativos de todos os serviços relativos aos projetos, assim como o levantamento do custo da obra (material, equipamentos e mão de obra), que deverá ser composto por planilhas de Custo Sintético, planilha com Valor Global Estimado, composições analíticas de custos unitários, onde deverão ser especificados os quantitativos e custos unitários de todos os insumos (materiais, equipamentos, mão-de-obra e encargos sociais) necessários para a composição do custo unitário de cada serviço descrito na planilha com Valor Global Estimado, Demonstrativo de composição do BDI (com todos os itens detalhadamente descritos e preenchidos), Demonstrativo de composição dos encargos sociais (com todos os itens descritos e preenchidos) e cronograma físico-financeiro. Todos os levantamentos de custos deverão ter como base o SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil). Caso os serviços não sejam encontrados no SINAPI, estes deverão ser



obtidos em outras tabelas de referência federais ou estaduais, como por exemplo, o SCO-Rio, a Planilha EMOP, etc.

Caso contrário, os valores poderão ser obtidos através de outras tabelas de referência, como o Informativo SBC, revistas técnicas ou valores de mercado (desde que sejam apresentadas propostas corretamente especificadas e inseridas em composições próprias), seguindo os modelos orçamentários da CMB.

A CONTRATADA deverá ter disponibilidade para participar de reuniões, presenciais ou online, com a Seção de Operações da Manutenção - SEOPE, tantas quantas forem necessárias, a fim de dirimir quaisquer dúvidas que porventura existirem.

2) APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO E MONITORAMENTO (ATUAL)

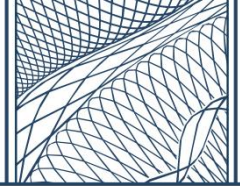
Visão global dos sistemas atualmente instalados na sala de operação localizada no Prédio 0620:

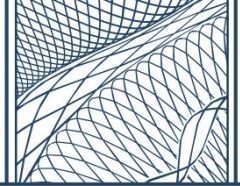
- 1 Mesa de Comando e Monitoramento
- 4 Painéis de Proteção
- 2 Estações de Supervisão dos Sistemas de Monitoramento demanda, consumo e fator de potência (Smart Energy) e Sistema de Supervisão do Gerador Principal de 750k VA (SICES).

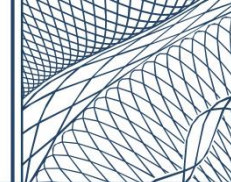
3) OPERAÇÃO DA MESA DE COMANDO E MONITORAMENTO DO SISTEMA ATUAL

Atualmente, a Operação e Monitoramento do Sistema Elétrico de Potência da CMB é realizada através de uma Mesa de Comando e Monitoramento.

Esta Mesa, datada do início da operação do parque fabril, na década de 1980, tem a função de operar e monitorar, o sistema elétrico da CMB, conforme fotos a seguir:



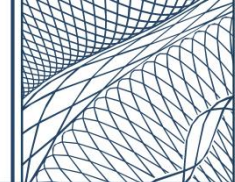




3.1) FUNCIONALIDADES DA MESA

A operação e monitoramento da Mesa é feita através das funcionalidades abaixo descritas:

- **Chaves Seletoras Rotativas:** Os principais comandos de abertura e fechamento de disjuntores de AT e MT são realizados através das chaves seletoras rotativas instaladas na Mesa de Operação;
- **Botoeiras de comando:** As botoeiras de comando instaladas na Mesa de Comando têm como função principal o acionamento do sistema de iluminação externa do parque industrial, conforme identificação de plaquetas junto ao devido botão. A mesa possui botões da cor verde (ligar) e vermelha (desligar);
- **Sinaleiros luminosos:** Os sinalizadores instalados na Mesa de Comando tem como principal função identificar o status dos equipamentos conforme identificação através de plaquetas ou adesivos junto ao respectivo sinaleiro.
- **Quadro Anunciador:** Consta de alarme sonoro e sinalização luminosa de cada ocorrência ou defeito que porventura ocorra e que será identificado através das respectivas legendas. Possui 03 botões:
 - **Teste** – Toca o alarme e acende todas as lâmpadas do quadro anunciador para verificar se existe alguma lâmpada avariada.
 - **Conhecimento** – Silencia o alarme sonoro.
 - **Reset** – Apaga as sinalizações se normalizadas.
- **Relés de Bloqueio 1.86 (Trafo 01) e 2.86 (Trafo 02),** respectivamente, atuam na bobina de trip dos disjuntores de 138kV e das entradas de 13,8 e 4,16kV que estiverem em serviço, desde que sejam desarmados pela atuação das proteções: 63 (Gás Trafo), 63A (Gás comutador), 49 (Temperatura do óleo), 87 (Diferencial), 26 (Imagem térmica) e 51G (Sobrecorrente fase/terra).
- **Relés de Bloqueio 1.86 A (LT 41) e 2.86A (LT 42)** atuam na bobina de trip do respectivo disjuntor de 138 k V que estiver em serviço desde que sejam desarmados pela atuação das proteções: 50 / 51 sobrecorrente de fase e 50/51 N sobrecorrente de neutro e impedem a transferência automática (STA).



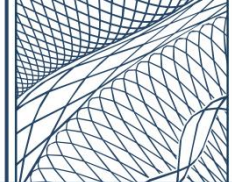
Nota: Os sinaleiros acesos indicam que o sistema está apto a operar, em caso de atuação o sinaleiro do relé atuado irá apagar indicando que o sistema está bloqueado por atuação de alguma das proteções citadas no parágrafo anterior.

- Chave de Transferência: Seleciona o tipo de comando a ser adotado para os disjuntores 1441 (LT 41) e 1220 (LT 42). São três as posições desta chave:
 - Manual: Eletricamente, através de acionamento da chave correspondente ao disjuntor que se quer operar 1441 e/ ou 1220.
 - Automático: Eletricamente, faz- se a transferência de alimentação do disjuntor que estava na preferencial para o outro, devido a uma subtensão detectada pelo relé 27, na linha preferencial. Nesta operação haverá uma interrupção momentânea.
 - Paralelismo momentâneo: Eletricamente, faz- se a transferência de alimentação sem interrupção, através do acionamento da chave auxiliar “CY 1” girando-a sempre no sentido da linha reserva.
- Medidores de grandezas Elétricas: A Mesa de Comando é dotada de medidores de grandezas elétricas para viabilizar o monitoramento do sistema pelos operadores. O ponto medido é identificado através de plaquetas ou adesivos junto ao respectivo medidor. Os medidores possuem preenchimento gráfico percentual e indicação de valor numérico e unidade de medida conforme definido em visor.

4) PAINÉIS DE PROTEÇÃO DO SISTEMA ATUAL – 138KV

Localizados na mesma sala da Mesa, no Prédio 0620, existem 04 (quatro) painéis responsáveis pela proteção de 138kV, através do fornecimento, instalação e parametrização de IED's (relés de proteção microprocessados), conforme proteções básicas requeridas abaixo listadas, variando conforme aplicação:

- 46: Corrente de sequência negativa
- 50 / 51: Sobrecorrente instantânea e temporizada de fase, respectivamente
- 50/51N: Sobrecorrente instantânea e temporizada de neutro, respectivamente
- 86: Bloqueio automático após uma atuação da proteção
- 27: Subtensão
- 59: Sobretensão
- 81: Sub e sobre frequência
- Proteção contracorrente de Inrush
- Proteção de carga fria



- 26 / 63 / 71: Monitoramento da temperatura do trafo/ Buchholz/ Nível de óleo
- 87 T: Proteção diferencial para transformadores de 3 enrolamentos



PAINEL DE PROTEÇÃO 138KV (ATUAL)

5) ESTAÇÕES DE SUPERVISÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA ATUAL

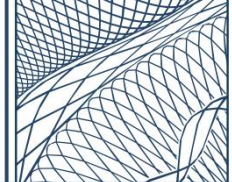
Concluindo a apresentação do sistema atual, na mesma sala do Prédio 0620, existem 2 computadores responsáveis pela função de estação de supervisão do sistema de demanda (Smart Energy) e do sistema supervisor do gerador principal de 750k VA (SICES).

6) MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA

O novo Sistema visa transferir os itens acima apresentados do Prédio 0620 para o Prédio 0630. A transferência deverá ser planejada juntamente com a equipe técnica da Casa da Moeda do Brasil de forma a permitir a continuidade operacional durante a transferência.

A Nova Sala de Operação a ser instalada no Prédio 0630 reunirá os mesmos itens funcionais apresentados acima, porém considerando novos sistemas e equipamentos, com exceção ao terceiro item (Estações de Supervisão) destacado abaixo:

- Mesa de Comando e Monitoramento: a atual Mesa do Prédio 0620 será totalmente substituída por sistema SCADA moderno, mantendo todas as funcionalidades do sistema atual, conforme apresentado acima.



- Painéis de Proteção: os atuais Painéis de Proteção de 138kV do Prédio 0620 serão totalmente substituídos por equipamentos modernos que desempenham multifunções, mantendo todas as proteções e funcionalidades do sistema atual, conforme apresentado acima.

Estações de Supervisão do Sistema de demanda (Smart Energy) e do Sistema de Supervisão do Gerador Principal de 750kVA (SICES) - As atuais estações de Supervisão do Prédio 0620 serão apenas transferidos para a nova sala do Prédio 0630, sem sofrer alterações.

7) PREMISSAS GLOBAIS DA MODERNIZAÇÃO A SEREM CONSIDERADAS NO PROJETO BÁSICO:

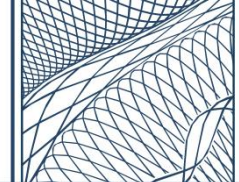
O sistema deverá ser concebido para atender aos mais altos índices de confiabilidade, de forma a não comprometer o processo industrial devido a falhas no sistema elétrico.

Torna-se de vital importância uma rede de comunicação independente para o sistema elétrico de forma a assegurar e garantir uma maior continuidade do processo industrial.

O sistema automatizado deverá permitir que o operador remoto tenha total controle e supervisão dos equipamentos existentes na subestação. Pelo sistema, o operador deverá poder executar comandos de manobra, monitoração dos status dos equipamentos, verificação da condição de operação e carga, medição e ajuste de parametrização à distância.

O sistema deverá atender as exigências de mercado aliando facilidade e operacionalidade do sistema. Nesse contexto o operador do sistema precisa que todas as informações estejam disponíveis na tela do software SCADA, e que sejam fiéis aos acontecimentos no campo.

A função “operação” do sistema visa diminuir o tempo gasto na identificação de ocorrências e nas manobras operativas de normalização, agilizando o acionamento das equipes de manutenção da CMB quando de ocorrências de eventos, aumentando sensivelmente a qualidade no fornecimento da energia elétrica ao Parque Industrial. Os dados provenientes



do campo irão fornecer ao operador a possibilidade do mesmo tomar decisões e com isso conseguir normalizar o sistema em menor tempo possível.

É mandatório que o sistema (Hardware e Software) possua a capacidade de trabalhar de forma redundante (incluindo duplicidade de IHM)), visando oferecer maior confiabilidade ao sistema.

Através do sistema, o operador irá obter informações do status dos equipamentos, manobrar, comandar, visualizar status de comunicação, reconhecer alarmes de eventos, ou seja, operar todas as subestações.

O sistema deverá possuir uma interface gráfica amigável, com telas contendo os unifilares das subestações e os equipamentos que a compõem. Pelo unifilar da subestação é possível selecionar o equipamento e ter acesso às informações de supervisão e controle do mesmo, bem como operá-lo e manobrá-lo.

Como premissa básica, deve - se utilizar de softwares e equipamentos com larga aplicabilidade no mercado de tecnologia de informação. O objetivo é permitir à CMB, total independência do fornecedor no futuro, podendo inclusive utilizar seu quadro funcional para modificações ou aprimoramentos no sistema implantado.

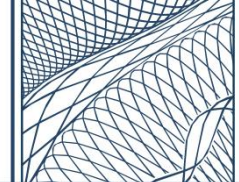
Ainda, haverá necessidade de intervenções na infraestrutura física da Sala de Operações Elétricas (P.0620), sendo altamente recomendado que a modernização do sistema elétrico seja feita em paralelo com a operação do atual sistema, de modo a não comprometer o fornecimento de energia elétrica para o parque fabril.

Destaca- se que se trata de uma intervenção revestida de extrema complexidade, razão pela qual, propõe- se seja feita contratação de empresa especializada para elaboração de projeto, visando a posterior contratação do serviço.

8) ESCOPO DE FORNECIMENTO DO PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO

8.1) Escopo do Projeto Básico:

- Definições de Estratégia de Atuação (prazos, caminhos críticos, complexidade, continuidade operacional)
- Definições de topologia e arquitetura do sistema novo
- Definições junto à CMB do escopo final a ser considerado para a contratação do EPCM
- Definições de novos componentes de proteção que substituirão os atuais painéis de 138kV
- Principais definições através de Diagramas de Blocos
- Listas técnicas aplicáveis
- Especificação técnica para novos painéis de proteção (macro)
- Especificação técnica para novo sistema de automação (macro)
- Estudo/entendimento da documentação existente da CMB



8.2) Escopo do Projeto Executivo:

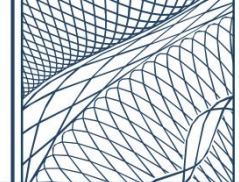
Detalhar, adequar e revisar os documentos emitidos no Projeto Básico e elaborar demais documentos de engenharia necessários para a contratação do Projeto em forma de EPCM, destacando:

- Serviços Comuns de Engenharia com definições e emissões de documentação para todo o Projeto, incluindo especificações do novo sistema, listas técnicas, memoriais descritivos, e outros necessários a contratação do empreendimento.
- Levantamento de materiais para fase de contratação futura.
- Principais definições através de Diagramas de Blocos.
- Elaboração de Memorial Descritivo contemplado estratégia de atuação sugerida ao empreendimento.
- Definições para engenharia de integração do sistema (ex: arquitetura do sistema).
- Descritivo operacional do sistema (Entendimento do sistema operacional junto aos profissionais da Casa da Moeda do Brasil).
- Lista de identificação de problemas conhecidos (conforme levantamento e informação da CMB).
- Listas técnicas aplicáveis.
- Especificação técnica para novos painéis de proteção.
- Especificação técnica para novo sistema de automação.
- Estudo/entendimento da documentação existente da CMB.
- Revisões nas documentações para adequações e atualizações necessárias.
- Especificar todos os dispositivos, materiais e equipamentos necessários para o Projeto
- Elaboração de Memorial Descritivo para contratação do empreendimento em forma de EPCM incluindo itens de engenharia, de fornecimento, de construção e de gestão. O Memorial Descritivo deve mostrar de forma detalhada todo o escopo a ser contratado destacando detalhes de montagens, desmontagens, testes e demais responsabilidades e também mostrar claramente o escopo do EPCM a ser contratado informando o escopo em áreas específicas assim como o escopo em áreas comuns.
- Revisões em documentação de engenharia existente da CMB conforme aplicável.

9) ESCOPO DE FORNECIMENTO DA CMB

- Liberação de acessos para pessoal previamente autorizado.
- Fornecimento de dados do sistema atual.
- Fornecimento de lista de problemas funcionais no sistema existente.
- Reuniões de definições de itens que farão parte da documentação do Projeto Básico e Executivo para contratação do EPCM.
- Fornecimento de dados que devem ser considerados na documentação do Projeto Básico e Executivo para contratação do EPCM (ex: Normas da CMB).

10) ANEXOS



- Projeto da mesa de comando.
- Projeto do painel de proteção em 138 k V.
- Projeto do PSA (Painel de Serviços Auxiliares).
- Projeto de arquitetura do prédio 0630 (Central de Eletricidade).
- Planta geral do Parque Fabril com a localização das SEU's (subestações unitárias).

Nota: Os sistemas acima atualmente encontram-se no prédio 0620 (Central de Controle) e os mesmos migrarão para o prédio 0630 (Central de Eletricidade), local onde será implantado o supervisor que substituirá a mesa de comando e também o novo painel de proteção em 138 k V.

11) RELATÓRIO TÉCNICO PRELIMINAR E ANTEPROJETO

A contratada deverá apresentar, no início da vigência do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART - devidamente quitada e registrada no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia para cada projeto desenvolvido. Deverá ser apresentado um relatório técnico preliminar e um anteprojeto com as propostas de metodologia de funcionamento, dos tipos de materiais/equipamentos a serem adotados.

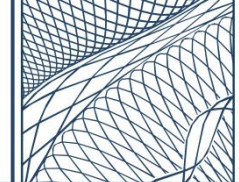
12) PROJETO BÁSICO

Nesta etapa, a CONTRATADA deverá apresentar o desenvolvimento das soluções aprovadas no item 11 – Relatório Técnico Preliminar e Anteprojeto, seguindo os requisitos apontados no escopo dos serviços descritos anteriormente.

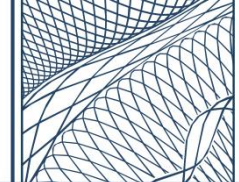
13) PROJETO DE AUTOMAÇÃO DAS SUBESTAÇÕES UNITÁRIAS E PRINCIPAL

Atualmente, a Mesa de Comando, datada do início da operação do parque fabril, na década de 1980, tem a função de operar e monitorar, remotamente, o sistema elétrico da Casa da Moeda do Brasil, através das funcionalidades descritas abaixo:

- Chaves Seletoras Rotativas: Os principais comandos de abertura e fechamento de disjuntores de AT e MT são realizados através das chaves seletoras rotativas instaladas na Mesa de Comando;
- Botoeiras de comando: As botoeiras de comando instaladas na Mesa de Comando têm como função principal o acionamento do sistema de iluminação externa do parque industrial, conforme identificação de plaquetas junto ao devido botão. A mesa possui botões da cor verde (ligar) e vermelha (desligar);



- Sinaleiros luminosos: Os sinalizadores instalados na Mesa de Comando tem como principal função identificar o status dos equipamentos conforme identificação através de plaquetas ou adesivos junto ao respectivo sinaleiro.
- Quadro Anunciador: Consta de alarme sonoro e sinalização luminosa de cada ocorrência ou defeito que porventura ocorra e que será identificado através das respectivas legendas. Possui 03 botões:
 - Teste – Toca o alarme e acende todas as lâmpadas do quadro anunciador para verificar se existe alguma lâmpada avariada.
 - Conhecimento – Silencia o alarme sonoro.
 - Reset – Apaga as sinalizações se normalizadas.
- Relé de Bloqueio: Os relés 1.86 (Trafo 01) e 2.86 (Trafo 02), respectivamente, atuam na bobina de trip dos disjuntores de 138 kV e das entradas de 13,8 e 4,16 kV que estiverem em serviço, desde que sejam desarmados pela atuação das proteções: 63 (Gás Trafo), 63A (Gás comutador), 49 (Temperatura do óleo), 87 (Diferencial), 26 (Imagem térmica) e 51G (Sobrecorrente fase/terra). Os relés 1.86A (LT 41) e 2.86A (LT 42) atuam na bobina de trip do respectivo disjuntor de 138 kV que estiver em serviço desde que sejam desarmados pela atuação das proteções: 50/51 sobrecorrente de fase e 50/51N sobrecorrente de neutro e impedem a transferência automática (STA). Os sinaleiros acesos indicam que o sistema está apto a operar, em caso de atuação o sinaleiro do relé atuado irá apagar indicando que o sistema está bloqueado por atuação de alguma das proteções citadas anteriormente.
- Chave de Transferência: Seleciona o tipo de comando a ser adotado para os disjuntores 1441 (LT 41) e 1220 (LT 42). São três as posições desta chave:
 - Manual: Eletricamente, através de acionamento da chave correspondente ao disjuntor que se quer operar 1441 e/ou 1220.
 - Automático: Eletricamente, faz-se a transferência de alimentação do disjuntor que estava na preferencial para o outro, devido a uma subtensão detectada pelo relé 27, na linha preferencial. Nesta operação haverá uma interrupção momentânea.
 - Paralelismo momentâneo: Eletricamente, faz-se a transferência de alimentação sem interrupção, através do acionamento da chave auxiliar “CY1” girando-a sempre no senti do da linha reserva.



- Medidores de grandezas Elétricas: A Mesa de Comando é dotada de medidores de grandezas elétricas para viabilizar o monitoramento do sistema pelos operadores. O ponto medido é identificado através de plaquetas ou adesivos junto ao respectivo medidor. Os medidores possuem preenchimento gráfico percentual e indicação de valor numérico e unidade de medida conforme definido em visor.

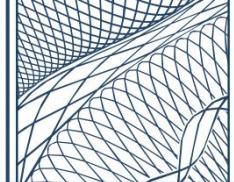
Para uma satisfatória modernização da Mesa de Comando, o sistema deverá ser concebido para atender aos mais altos índices de confiabilidade, de forma a não comprometer o processo industrial devido a falhas no sistema elétrico. Torna-se de vital importância uma rede de comunicação independente para o sistema elétrico de forma a assegurar e garantir uma maior continuidade do processo industrial. Para tanto, o sistema automatizado deverá permitir que o operador remoto tenha total controle e supervisão dos equipamentos existentes na subestação. Pelo sistema, o operador deverá poder executar comandos de manobra, monitoração dos status dos equipamentos, verificação da condição de operação e carga, medição e ajuste de parametrização à distância. Seria ainda interessante a integração deste novo sistema com o sistema de monitoramento de demanda (Smart Energy) e o sistema supervisor do gerador principal de 750 kVA (SICES), desde que tecnicamente viável. O sistema deverá atender as exigências de mercado aliando facilidade e operacionalidade do sistema. Nesse contexto o operador do sistema precisa que todas as informações estejam disponíveis na tela do software de controle e aquisição de dados, e que sejam fiéis aos acontecimentos no campo.

A função “operação” do sistema visa diminuir o tempo gasto na identificação de ocorrências e nas manobras operativas de normalização, agilizando o acionamento das equipes de manutenção da CMB quando de ocorrências de eventos, aumentando sensivelmente a qualidade no fornecimento da energia elétrica ao Parque Industrial. Os dados provenientes do campo irão fornecer ao operador a possibilidade do mesmo tomar decisões e com isso conseguir normalizar o sistema em menor tempo possível.

Recomenda-se a utilização de um sistema de controle e aquisição de dados, que servirá como interface homem-máquina (“IHM”) entre o operador remoto da subestação e os equipamentos de campo. É mandatório que o software possua a capacidade de trabalhar de forma redundante (servidores de programa hot standby), visando oferecer maior confiabilidade ao sistema. É no mencionado sistema que o operador irá obter informações do status dos equipamentos, manobrar, comandar, visualizar status de comunicação, reconhecer alarmes de eventos, ou seja, operar todas as subestações. O sistema deverá possuir uma interface gráfica amigável, baseado no unifilar das subestações e os equipamentos que a compõem. Pelo unifilar da subestação é possível selecionar o equipamento e ter acesso às informações de supervisão e controle do mesmo, bem como operá-lo e manobrá-lo. Como premissa básica, deve-se utilizar de softwares e equipamentos com larga aplicabilidade no mercado de tecnologia de informação.

O objetivo é permitir à CMB, total independência do fornecedor no futuro, podendo inclusive utilizar seu quadro funcional para modificações ou aprimoramentos no sistema implantado.

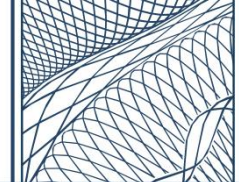
Além da modernização da Mesa de Comando, haverá a necessidade de modernização do Painel de Proteção 138kV, através do fornecimento, instalação e parametrização de IED's (relés de proteção microprocessados), conforme proteções básicas requeridas abaixo listadas, variando conforme aplicação:



- 32: Potência Reversa
- 46: Corrente de sequência negativa;
- 50/51: Sobrecorrente instantânea e temporizada de fase, respectivamente;
- 50/51N: Sobrecorrente instantânea e temporizada de neutro, respectivamente;
- 86: Bloqueio automático após uma atuação da proteção;
- 27: Subtensão;
- 59: Sobretensão;
- 81: Sub e sobre frequência;
- Proteção contracorrente de Inrush;
- Proteção de carga fria;
- 26/63/71: Monitoramento da temperatura do trafo / Buchholz / Nível de óleo
- 87T: Proteção diferencial para transformadores de 3 enrolamentos;

O projeto deverá prever intervenções na infraestrutura física da Sala de Operações Elétricas (P.0620), sendo altamente recomendado que a modernização do sistema elétrico seja feita em paralelo com a operação do atual sistema, de modo a não comprometer o fornecimento de energia elétrica para o parque fabril.

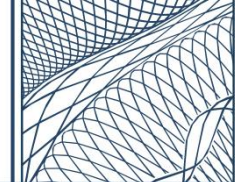
O novo painel de proteção em 138kV será alocado também na futura sala, acima descrita, mantendo-se no local atual (P. 0620) apenas o Painel de Serviços Auxiliares – PSA, que deverá ser projetado com caixa de sobrepor para fixação na parede da sala.



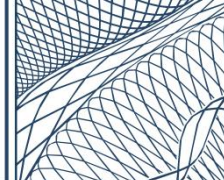
ANEXO II

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

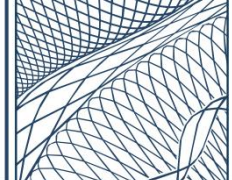
1. Fazer referência à presente licitação, com indicação do seu número de referência, em papel timbrado da licitante e, datada e assinada digitalmente (com certificado digital) pelo representante legal ou por procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
2. Não conter emendas, rasuras, entrelinhas e borrões, exceto se os mesmos forem devidamente ressalvados pelo PROPONENTE.
3. Apresentar validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data da abertura da sessão pública do pregão, caso a licitante não coloque a validade em sua proposta, será considerada como aceita a validade de 60 (sessenta) dias consecutivos.
4. Apresentar detalhadamente a descrição e o preço dos serviços ofertados.
 - 4.1. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços.
5. Informar o prazo de entrega dos serviços, conforme Termo de Referência – ANEXO I, parte integrante deste Edital.
6. Nos preços ofertados já deverão estar incluídas todas as despesas com embalagem, tributos (federais, estaduais e municipais), transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ou indispensáveis à perfeita execução do objeto da licitação.
7. No mesmo documento ou à parte, sob as penas da lei, declarar a inexistência de impeditivos à contratação com a CMB, notadamente:
 - 7.1. em relação ao art. 38 da Lei n.º 13.303/2016:
 - 7.1.1. não possui administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado da CMB ou de suas subsidiárias;
 - 7.1.2. não está cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CMB;
 - 7.1.3. não foi declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;



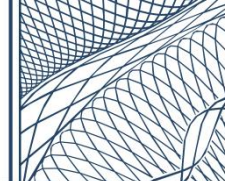
- 7.1.4. não possui sócio ou administrador que seja sócio de outra empresa que está suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 7.1.5. não possui sócio ou administrador que tenha sido sócio ou administrador de outra empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; e
 - 7.1.6. que não tem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 7.2. Em relação à Política de Transações com Partes Relacionadas (disponível em <https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/lai/base-juridica/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas.pdf>) declarar se é controlada ou não por:
- 7.2.1. Superintendente, Diretor ou membro de Órgão previsto no estatuto social da CMB; ou por
 - 7.2.2. por cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o 3º grau, de qualquer pessoa referida na alínea (a) acima;
8. Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias consecutivos após apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
9. Informações complementares tais como: razão social da licitante; CNPJ; endereço completo (inclusive CEP); telefone/e-mail; número da conta bancária; Banco/Praça; agência (código e nome).

**ORÇAMENTO SINTÉTICO**

ITEM	DESCRIÇÃO	R\$ TOTAL	%
01	SERVIÇOS PRELIMINARES		
02	LEVANTAMENTO TÉCNICO EM CAMPO		
03	RELATÓRIO TÉCNICO PRELIMINAR/ANTEPROJETO		
04	ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO		
05	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO		
	SUBTOTAL 1	0,00	
06	BDI		
	TOTAL	0,00	

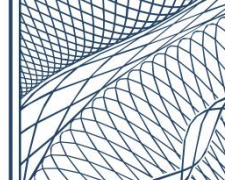
**ORÇAMENTO ANALÍTICO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	R\$ UN. (MAT. + M.O.)	R\$ TOTAL	%
01	SERVIÇOS PRELIMINARES					
01.01	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART)	UN	1,00			
02	LEVANTAMENTO TÉCNICO EM CAMPO					
02.01	LEVANTAMENTO DAS INSTALAÇÕES EM CAMPO	UN	1,00			
03	RELATÓRIO TÉCNICO PRELIMINAR/ANTEPROJETO					
03.01	RELATÓRIO TÉCNICO PRELIMINAR/ANTEPROJETO	UN	1,00			
04	ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO					
04.01	DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS TÉCNICOS	CJ	1,00			
04.02	DESENVOLVIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UN	1,00			
04.03	DESENVOLVIMENTO DAS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	UN	1,00			
05	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO					
05.01	DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS TÉCNICOS	CJ	1,00			
	SUBTOTAL 1				0,00	
06	BDI	%			0,00	
	TOTAL				0,00	

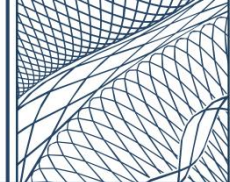


CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	SERVIÇO	QTDE	UN	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
01	SERVIÇOS PRELIMINARES	0,00%	R\$						
			prazo						
			%						
02	LEVANTAMENTO TÉCNICO EM CAMPO	#REF!	R\$						
			prazo						
			%						
03	RELATÓRIO TÉCNICO PRELIMINAR/ANTEPROJETO	#REF!	R\$						
			prazo						
			%						
03	ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO	#REF!	R\$						
			prazo						
			%						
03	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	#REF!	R\$						
			prazo						
			%						
REALIZADO NO PERÍODO (R\$)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZADO NO PERÍODO (%)				0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%



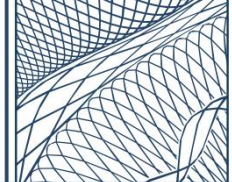
ACUMULADO (R\$)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ACUMULADO (%)				0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

**DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DO BDI**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (%)
01	DESPESAS INDIRETAS	0,00%
01.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	
01.02	SEGUROS (S)	
01.03	GARANTIAS (G)	
01.04	RISCOS (R)	
01.05	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	
02	REMUNERAÇÃO	0,00%
02.01	LUCRO (L)	
03	TRIBUTOS (I)	0,00%
03.01	ISS	
03.02	PIS	
03.03	COFINS	
03.04	CPRB	
04	BDI (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS) OU LDI (LUCRO E DESPESAS INDIRETAS)	0,00%

OBS.: PARA A OBTENÇÃO DO VALOR DO BDI DE 22,08%, TODOS OS ITENS PREVISTOS NESTE DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DO BDI, FORAM APLICADOS NA FÓRMULA DEMONSTRADA ABAIXO:

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) (1 + DF) (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$



ANEXO III

MINUTA DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: (nome, endereço, razão social, etc...)

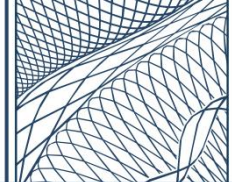
OUTORGADO: (nome e qualificação do representante)

OBJETO: representar a outorgante perante a **CASA DA MOEDA DO BRASIL**

PODERES: apresentar PROPOSTA e DOCUMENTOS após o certame, prestar declaração de que o outorgante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como de que atende às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, formular ofertas e lances de preços nas sessões públicas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, retirar Pedidos de Compra, assim como assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

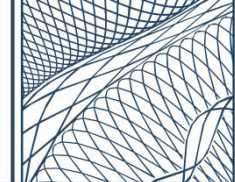
TERMO DE CONTRATO Nº _____ QUE OBJETIVA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO PARA AUTOMAÇÃO DA MESA DE COMANDO DO SISTEMA ELÉTRICO E MODERNIZAÇÃO DO PAINEL DE PROTEÇÃO EM 138KV, QUE ENTRE SI FAZEM A **CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB** E A **#####**.

CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB, empresa pública, criada pela Lei nº 5.895, de 19/06/1973, com sede em Brasília (DF), estabelecimento fabril na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 34.164.319/0005-06, neste ato representada conforme seu Estatuto Social, doravante denominada **CMB** e **####**, estabelecida na (ENDEREÇO), inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu (CARGO), Sr. (NOME), (qualificação do(s) representante(s) da **CONTRATADA**), tendo em vista o que consta no Processo nº 18750.010122/2024-72 e, em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da CMB resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, derivado do pregão eletrônico nº **#####**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços para elaboração de projeto básico e executivo para automação da mesa de comando do sistema elétrico e modernização do painel de proteção em 138kV, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO I, parte integrante deste Contrato, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA



2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, até o limite previsto no art. 71 da Lei nº 13.303/2016, mediante acordo entre as partes.

2.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante justificativas, na hipótese de sobrevirem situações que impeçam ou prejudiquem a regular execução.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E VALOR GLOBAL

3.1. O valor global do presente Termo de Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme abaixo:

3.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas com embalagem, tributos (federais, estaduais e municipais), transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ou indispensáveis à perfeita execução do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado pela CMB no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento do material entregue, através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.2. Ocorrendo eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

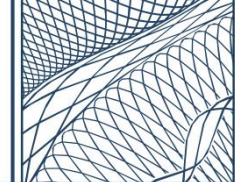
I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



4.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado competente na nota fiscal apresentada.

4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CMB.

4.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência bancária para pagamento.

4.6. Antes do pagamento o gestor ou requisitante verificará a manutenção das condições de habilitação. Acaso existente irregularidade será concedido o prazo máximo de 05 (cinco) dias para a regularização ou apresentação da justificativa da impossibilidade de fazê-lo. Não havendo regularização ou sendo a justificativa considerada improcedente, a CMB deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

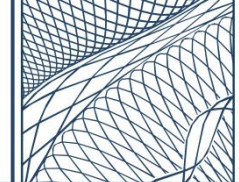
4.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.8.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147 de 2014, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.9. Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a CMB poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas e indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela CONTRATADA.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O recurso orçamentário destinado à cobertura da presente contratação será extraído do orçamento da CMB aprovado para o exercício de 2026, especificamente da rubrica “Serviços de Terceiros”.



5.2. No orçamento seguinte a **CMB** consignará os recursos necessários aos pagamentos previstos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços serão fixos e irreeajustáveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não será exigida a apresentação de garantia contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. Os serviços serão prestados sob regime de execução de empreitada por preço global.

8.2. Em cumprimento ao art. 40, VII c/c 69 da Lei nº 13.303, de 2016, o Superintendente do Departamento de Manutenção - DEMAN da CMB designará representante, dando ciência à CONTRATADA mediante comunicação por correio eletrônico, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando no processo de acompanhamento todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CMB

9.1. Autorizar o acesso da CONTRATADA às suas instalações, quando necessário em função do Contrato, desde que cumpridas as normas de segurança da CMB.

9.2. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do instrumento contratual.

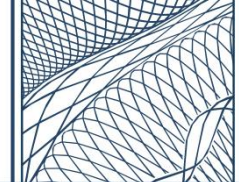
9.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão ou empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/empregado especialmente designado;

9.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato e seus anexos;



9.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, quando for o caso.

9.9. Avaliar periodicamente a execução do contrato quanto a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa e exigir a assinatura de Termo de Confidencialidade do representante legal e dos profissionais envolvidos na execução sempre que estes tenham ou passem a ter acesso a informações sigilosas.

9.10. A CMB não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, no prazo fixado neste Contrato e e/ou nos seus anexos;

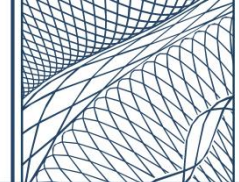
10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, no prazo fixado neste Contrato e e/ou nos seus anexos.

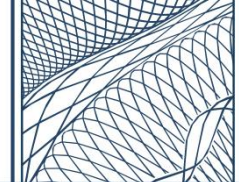
10.1.4. Reparar todos os danos e prejuízos causados à CMB ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor/Fiscal do Contrato.

10.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6. Observar e fazer observar, por seus empregados e prepostos, o disposto na legislação aplicável a prestação de serviços;



- 10.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a vigência do Contrato;
- 10.1.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.1.9. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.1.10. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- 10.1.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.1.12. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as sempre que solicitado pela CMB;
- 10.1.13. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela guarda e sigilo das informações da CMB que vier a ter acesso.
- 10.1.14. A CONTRATADA deverá certificar-se da adoção dos procedimentos necessários ao cumprimento da Lei nº 13.709/2018;
- 10.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- 10.1.16. Não poderão beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em alguma das situações previstas no art. 17, da Lei Complementar nº 123/06, salvo se dedicarem-se exclusivamente às atividades referidas nos §§5º-B a 5º-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo;
- 10.1.17. A CONTRATADA deverá se submeter ao Acordo de Nível de Serviço – ANS e demais obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência.
- 10.1.18. A CONTRATADA, no prazo de 90 dias do início da vigência contratual, se compromete a adotar medidas eficazes, conforme suas políticas internas, para promover a equidade na ocupação das vagas, buscando, sempre que possível, a distribuição equilibrada entre homens e mulheres, bem como entre pessoas de diferentes raças e etnias.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

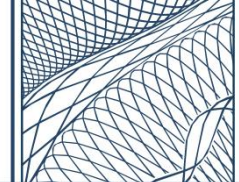
11.1. Fica vedado neste ato, à CONTRATADA, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais CLÁUSULAS estabelecidas no presente Contrato, sem a competente, expressa e formal anuência da CMB.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO, ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE

12.1. Na execução do presente Contrato é vedado à CMB e à CONTRATADA e a seus empregados, prepostos e gestores: a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada; b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente instrumento; c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e suas alterações, do Decreto nº 11.129/2022, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

12.2. Além das disposições expressas neste contato, as partes pautarão o seu relacionamento na Integridade exigida nas relações público-privadas, rejeitando qualquer tipo de ação que resulte em vantagem indevida para agentes públicos e privados envolvidos, incluindo eventuais fornecedores, terceirizados ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas relacionadas com a cadeia de fornecimento do objeto deste contrato, assumindo pleno conhecimento e cumprimento das seguintes normas e orientações, além de outras eventualmente cabíveis:

- ❖ Lei Federal 13.303/2016 – Lei das Estatais;
- ❖ Lei Federal 12.846/2013 – Lei Anticorrupção;
- ❖ Decreto Federal 8.420/2015 - Regulamento da Lei Anticorrupção;
- ❖ Guia “Programa de Integridade – Diretrizes para Empresas Privadas” da Controladoria Geral da União (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>)



❖ Código de Ética, Conduta e Integridade da Casa da Moeda do Brasil:
(<https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/pcmb/a-empresa/etica/codigo-de-etica/codigo-de-etica-cmb.pdf>)

❖ Programa de Integridade da Casa da Moeda do Brasil:
(<https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/pcmb/transparencia/aceso-a-informacao/institucional/cartilha-programa-integridade.pdf>).

13.1.1 Caso possua Programa de Integridade implementado, ainda que pautado em legislação estrangeira, a CONTRATADA o fornecerá para conhecimento da CMB.

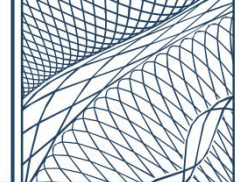
13.1.2 A CONTRATADA concorda em submeter-se a ações de diligência promovidas pelas áreas de contratações e governança da CMB relativas ao cumprimento das normas e orientações acima relacionadas, colaborando com informações e documentos que sejam solicitados, voltados para o cumprimento do programa de integridade da CMB, resguardados os sigilos financeiros, empresariais e industriais que não se relacionem com o objeto do Contrato.

13.1.3 A CONTRATADA ou qualquer um de seus colaboradores denunciara à Ouvidoria da CMB, inclusive mediante os meios de proteção e preservação de identidade cabíveis, quaisquer condutas inadequadas - consumadas, tentadas ou propostas - relativas a vantagens ilícitas, fraudes ou qualquer prática de corrupção concernente ao relacionamento entre as partes deste contrato.

13.1.3.1 Reclamações e denúncias relativas a irregularidades ou ao descumprimento pela CMB de suas normas internas ou da legislação vigente durante a condução deste CONTRATO poderão ser apresentadas à Ouvidoria da CMB, por meio eletrônico (no endereço eletrônico www.casadamoeda.gov.br ou por meio de correio eletrônico ouvidoria@cmb.gov.br), por meio postal endereçado à Ouvidoria CMB na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ ou pelo telefone (21) 2184-2969.

13.1.4 A CONTRATADA informará à CMB, com o detalhamento cabível, qualquer procedimento de responsabilização em decorrência de supostos atos de corrupção, no Brasil ou no exterior, que eventualmente venha a ser submetida em decorrência de legislação nacional ou estrangeira.

13.1.5 Casos de quebra de sigilo contratual ou qualquer outra hipótese de quebra de contrato, serão passíveis de indenização;



13.1.6 A transgressão a qualquer das disposições relativas ao cumprimento de normas e orientações de Integridade neste contrato e na respectiva legislação serão objeto de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, a ser instaurado pela CMB ou pela Controladoria-Geral da União – CGU, sem prejuízo das responsabilizações civis, penais e administrativas das pessoas físicas envolvidas em tais atos, bem como pela possibilidade de resolução contratual por responsabilidade do contratado.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

14.1 Nos termos do art. 7º do Decreto 7.203 de 2010, fica vedada, para prestar serviços na CMB, a contratação de cônjuge, companheiro ou de parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até terceiro grau de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, do quadro de pessoal da Contratante.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

15.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 falhar ou fraudar na execução do Contrato;

15.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 cometer fraude fiscal;

15.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

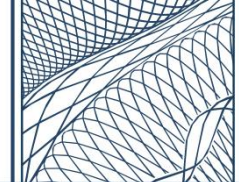
15.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CMB;

15.2.2 multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do valor total do contrato;

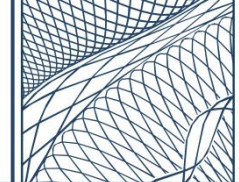
15.2.3 multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Casa da Moeda do Brasil por até 2 (dois) anos;



- 15.3 As penalidades de advertência e de suspensão temporária poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.
- 15.4 Do controle da qualidade técnica e do cumprimento de prazos:
- 15.4.1 O controle da execução contratual observará os critérios técnicos de qualidade e prazo estabelecidos no Termo de Referência, com fundamento nos arts. 82 e 83 da Lei n.º 13.303/2016.
- 15.4.2 O objeto é estruturado em quatro etapas sequenciais, conforme cronograma físico-financeiro, sendo que cada etapa somente terá início após a aprovação formal, pela CMB, da etapa imediatamente anterior.
- 15.4.3 Para fins de controle de prazos, aplica-se a cada etapa o seguinte critério:
- a) Atraso injustificado na entrega de qualquer etapa sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela correspondente àquela etapa, até o limite do valor total do instrumento contratual, nos termos do art. 82 da Lei n.º 13.303/2016.
 - b) O descumprimento injustificado de prazo superior a 30 (trinta) dias corridos em qualquer etapa caracteriza inexecução parcial do objeto, sujeitando a Contratada às sanções previstas no item 13 deste Termo de Referência.
- 15.4.4 Para fins de controle de qualidade técnica, aplica-se o seguinte critério:
- a) Os produtos entregues serão submetidos à análise técnica pela CMB no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento provisório, conforme item 5.2 do Termo de Referência.
 - b) Na hipótese de rejeição técnica motivada, a Contratada disporá de prazo a ser fixado pela CMB, proporcional à complexidade dos ajustes requeridos, para reapresentação do produto corrigido, sem ônus adicional para a contratante.
 - c) A rejeição técnica reiterada de um mesmo produto — assim entendida a terceira rejeição motivada sobre o mesmo item de entrega — caracteriza inexecução parcial, sujeitando a Contratada às sanções previstas no item 13, sem prejuízo da apuração de responsabilidade civil.
- 15.4.5 A CMB designará fiscal técnico com habilitação em engenharia elétrica, vinculado ao DEMAN, para acompanhamento e verificação das entregas, nos termos do art. 40, VII c/c 69 da Lei n.º 13.303/2016.
- 15.5 O fiscal técnico lavrará registro formal de cada etapa avaliada, com indicação de conformidade ou não conformidade fundamentada, encaminhando-o à SEPLD para as providências cabíveis.



15.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, III da Lei nº 13.303, de 2016, a CONTRATADA que:

15.6.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.6.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.6.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CMB em virtude de atos ilícitos praticados.

15.7 As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite do contrato.

15.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, conforme § 2º do art. 82 e § 2º do art. 83 da Lei n.º 13.303, de 2016.

15.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10 Sem prejuízo da aplicação de penalidades, a CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303, de 2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

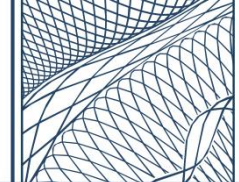
15.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

15.12 As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Tesouraria - SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer, que ateste o recebimento.

15.12.1 Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem acima e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, nos termos dos artigos 82, §§ 2º e 3º e 83, § 1º, da Lei nº 13.303, de 2016.

15.13 Quando interposto, o recurso deverá ser entregue assinado digitalmente pelo representante da contratada ou seu procurador devidamente constituído, em até 10 (dez) dias úteis, contrarrecibo, ao Departamento de Contratações (DEGEC), que o receberá através da Seção de Emissão de Contratos (SEECT) pelo e-mail seect@cmb.gov.br.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO



16.1 O presente Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, bem como nos demais casos legais.

16.2 Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas, a CMB poderá rescindir o contrato na hipótese prevista no artigo 82, § 1º da Lei nº 13.303, de 2016, e na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto.

16.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES

17.1 É vedado à CONTRATADA:

17.1.1 transferir, ceder, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais **CLÁUSULAS** estabelecidas no presente Contrato, sem a competente, expressa e formal anuência da **CMB**.

17.1.2 interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **CMB**, salvo nos casos previstos em lei.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

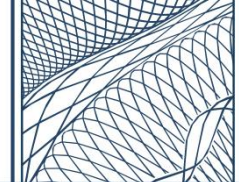
18.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO MEIO AMBIENTE

19.1 A CONTRATADA deverá apresentar sua respectiva licença ambiental de operação compatível com a(s) atividade(s) solicitada(s) no edital, conforme o disposto no inciso III, artigo 8º da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 237, de 19 de dezembro de 1997;

19.2 A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos utilizadores e atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão



de prévio licenciamento ambiental, conforme artigo 10º da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

19.3 Considera-se licenciamento ambiental o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos que se utilizem de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

19.4 Cabe aos órgãos ambientais competentes (Órgãos Federal, Estadual ou Municipal) a definição das atividades descritas ou dos empreendimentos descritos no item acima, conforme incisos XIV dos artigos 7º, 8º e 9º da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011;

19.5 Será obrigatória a apresentação das demais Certidões, Autorizações e Licenças previstas na legislação ambiental, que tenham a função de substituir a Licença de Operação, as quais deverão ter sido emitidas pelos órgãos ambientais competentes, conforme artigos 9º e 12 da Resolução CONAMA nº 237/1997;

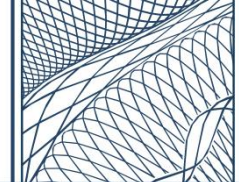
19.6 A CONTRATADA que, conforme Legislações Ambientais Federal, Estadual e Municipal do local onde se encontra instalada, for enquadrada como isenta de licenciamento ambiental para as atividades realizadas pela empresa, deverá apresentar o(s) documento(s) emitido(s) pelo(s) órgão(s) ambiental(is) competentes(s) para comprovação de tal isenção.

19.7 Caberá à CMB realizar diligências para dirimir eventuais dúvidas.

20 CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DA PROTEÇÃO A DADOS PESSOAIS

20.1 Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes contidas nos normativos da CMB que orientam este assunto, em especial a POL-GOV.001 - Política de Proteção de Dados Pessoais (<https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/lai/base-juridica/politica-de-protecao-de-dados-pessoais-e-divulgacao-de-informacoes.pdf>), além da observância dos termos da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 e da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

20.1.1 Sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais que tiverem acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pela CMB.



20.2 As PARTES devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 2018), assumindo toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade nos tratamentos que eventualmente realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.

20.2.1 A CONTRATADA está ciente de que a CMB, em virtude da natureza de suas atividades, adota controles rígidos para acesso físico às suas unidades industriais, abrangendo o tratamento de dados pessoais para verificações prévias e registros de acesso, inclusive mediante câmeras, e, se necessário, inspeção de cargas e pertences pessoais.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

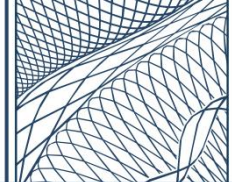
21.1 Os casos omissos serão decididos pela CMB, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1 Incumbirá à CMB providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

23 CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.



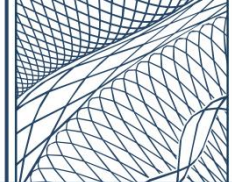
E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 1 (uma) via eletrônica, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente para produzir seus jurídicos e legais efeitos, pelos representantes das partes, **CMB** e **CONTRATADA**:

CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

--	--

CONTRATADA

--	--



ANEXO V

Matriz de Riscos Contratual

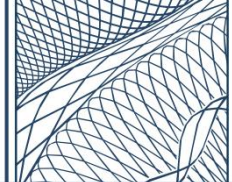
Processo n.º 18750.010122/2024-72

Objeto: Elaboração de Projeto Básico e Executivo para Automação da Mesa de Comando do Sistema Elétrico de Potência e Modernização do Painel de Proteção em 138 kV – CMB.

Esta Matriz de Riscos tem natureza contratual e destina-se exclusivamente à identificação, classificação e alocação dos riscos supervenientes à contratação, nos termos do art. 42, X, da Lei n.º 13.303/2016. O controle de desempenho, prazos e qualidade das entregas encontra-se disciplinado no Termo de Referência e no instrumento contratual, nos termos dos arts. 82 e 83 da mesma Lei.

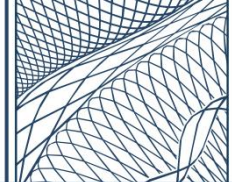
Riscos Identificados e Alocação

Risco	Descrição	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação / Resposta
Levantamento incompleto de campo	Erros ou omissões nas medições, diagramas e registros das instalações existentes	Média	Alto	CONTRATADA	Check-list técnico obrigatório; validação conjunta com SEOPE antes do início da etapa de projeto básico
Incompatibilidade técnica com sistemas existentes	Falhas na integração do novo projeto com o sistema supervisório e relés em operação	Média	Alto	CONTRATADA	Revisões técnicas com base em dados atualizados; reuniões de compatibilização com equipe CMB
Atraso na entrega das etapas	Descumprimento do cronograma físico-financeiro	Média	Alto	CONTRATADA	Cronograma com marcos intermediários; comunicação prévia de 24h; aplicação de sanções previstas no TR
Erro de projeto e retrabalho	Falhas conceituais que demandam reexecução de etapas já aprovadas	Baixa	Alto	CONTRATADA	ART obrigatória; revisão cruzada antes da submissão; aprovação formal por etapa pela CMB
Mudança de escopo após início	Alteração de requisitos técnicos ou operacionais após assinatura contratual	Média	Média	CMB	Planejamento prévio rigoroso; alterações formalizadas via aditivo contratual com anuência da SEPLD



Riscos Identificados e Alocação

Risco	Descrição	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação / Resposta
Falta de informações históricas	Ausência de diagramas, registros e documentação técnica das instalações existentes	Alta	Média	COMPARTILHADO	CMB disponibilizará documentação disponível (Escopo CMB, seção 9 do Anexo A); resgate de acervo com apoio da SEOPE
Risco em campo durante inspeções	Acidentes elétricos durante levantamentos nas instalações energizadas	Baixa	Alto	CONTRATADA	Cumprimento obrigatório da NR-10; uso de EPIs adequados; plano de segurança submetido à CMB antes do início
Subestimação do esforço técnico	Carga de trabalho superior ao previsto na proposta	Baixa	Média	CONTRATADA	Risco assumido integralmente pela contratada, em conformidade com o regime de empreitada por preço global
Atraso na validação pela CMB	Demora no aceite formal dos produtos entregues pela contratada	Média	Média	CMB	Prazo de 15 dias úteis para recebimento definitivo, conforme TR; transcorrido o prazo sem manifestação, considera-se aceite
Caso fortuito ou força maior	Greves, enchentes, blecautes ou eventos imprevisíveis que impeçam a execução	Baixa	Alto	COMPARTILHADO	Reprogramação formal justificada; plano de contingência submetido à SEPLD; não gera penalidade se devidamente comprovado



Critério de Alocação dos Riscos

A alocação dos riscos observa o princípio de que cada evento deve ser assumido pela parte com maior capacidade de preveni-lo, controlá-lo ou absorvê-lo. Riscos decorrentes da execução técnica do objeto — levantamento, elaboração, compatibilização e entrega dos projetos — são alocados à contratada, que os assume integralmente ao firmar o contrato por empreitada por preço global. Riscos associados ao fornecimento de informações, aprovação de etapas e decisões institucionais são alocados à CMB. Riscos decorrentes de eventos externos imprevisíveis são alocados de forma compartilhada, com tratamento mediante reprogramação formal justificada.

Referências Normativas

Lei n.º 13.303/2016 – Art. 42, X	Obrigatoriedade de matriz de riscos como cláusula contratual em obras e serviços de engenharia
RLC/CMB	Regulamento de Licitações e Contratos da CMB — normas internas de contratação
NR-10 / ABNT NBR 14039	Segurança em instalações e serviços em eletricidade
IEEE C37.90	Padrão para relés de proteção — referência técnica para os IEDs do objeto